



ii. Remuneração do pessoal - chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui a diretoria e o gerente da auditoria interna:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	2010
Salários e encargos		(219)
Honorários e encargos da diretoria	(1.232)	(1.475)
	<u>(1.232)</u>	<u>(1.694)</u>

10 Impostos e contribuições a recuperar

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	1.670	1.650
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	629	6.796
Reintegra - Decreto 7633	6.282	
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	437.708	365.775
Programa de Integração Social - PIS	107.296	79.334
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	45.798	10.602
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	39.086	20.428
	<u>638.469</u>	<u>484.585</u>
Circulante		
Realizável a longo prazo	37.901	79.454
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	600.568	405.131
	<u>638.469</u>	<u>484.585</u>

Os impostos a recuperar de longo prazo referem-se substancialmente a PIS e COFINS sobre insumos que a Companhia compensa com outros tributos federais, imposto de renda e contribuição social oriundos de incentivo fiscal. Projeções feitas pela Companhia indicam total recuperação do saldo em aberto em 31 de dezembro de 2011.

11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a. Composição do imposto de renda e contribuição social

Os saldos de ativos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Diferenças temporárias:		
Provisão para Obsolescência	636	748
Provisão Perda Valor de Mercado	419	
Provisão Participação nos Resultados	5.100	3.426
Fechamento ADRS	4.882	
Exaustão ADRS	5.430	
Prejuízos Fiscais de Imposto de Renda	15.314	
Prejuízos Fiscais de CSLL	5.504	
Outros	242	251
	<u>37.527</u>	<u>4.425</u>
Não circulante		

12 Imobilizado

a. Composição do saldo

	Imóveis e bens em operação	Instalações e sistemas operacionais	Equipamentos autônomos	Veículos	Custo para retirada de serviço de ativos LP - ARO	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2010									
Custo	848.555	4.175.788	1.040.343	4.617		117.190	6.186.493	146.198	6.332.691
Depreciação	(68.617)	(835.409)	(265.940)	(3.705)		(71.273)	(1.244.944)		(1.244.944)
Saldo contábil, líquido	<u>779.938</u>	<u>3.340.379</u>	<u>774.403</u>	<u>912</u>		<u>45.917</u>	<u>4.941.549</u>	<u>146.198</u>	<u>5.087.747</u>
Em 31 dezembro de 2011									
Saldo inicial	779.938	3.340.379	774.403	912		45.917	4.941.549	146.198	5.087.747
Adições					34.105		34.105	196.701	230.806
Transferência	4.096	49.993	5.547	330		957	60.923	(60.923)	
Alienação				(74)			(74)		(74)
Depreciação	(38.379)	(158.033)	(51.952)	(379)	(15.972)	(6.750)	(271.465)		(271.465)
Saldo contábil, líquido	<u>745.655</u>	<u>3.232.339</u>	<u>727.998</u>	<u>789</u>	<u>18.133</u>	<u>40.124</u>	<u>4.765.038</u>	<u>281.976</u>	<u>5.047.014</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011									
Custo	852.651	4.225.781	1.045.890	3.711	34.105	118.147	6.280.285	281.976	6.562.261
Depreciação	(106.996)	(993.442)	(317.892)	(2.922)	(15.972)	(78.023)	(1.515.247)		(1.515.247)
Saldo contábil, líquido	<u>745.655</u>	<u>3.232.339</u>	<u>727.998</u>	<u>789</u>	<u>18.133</u>	<u>40.124</u>	<u>4.765.038</u>	<u>281.976</u>	<u>5.047.014</u>

Período estimado de realização

Os valores dos ativos, líquidos dos passivos fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Valor líquido dos créditos	
	2011	2010
2011		3.426
2012	16.709	999
2013 a 2016	20.818	
	<u>37.527</u>	<u>4.425</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

b. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	2010
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(97.772)	239.346
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	33.242	(81.378)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Incentivo fiscal		9.360
Adições - itens permanentes		
Outros	(138)	(524)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>33.104</u>	<u>(72.542)</u>
Do exercício		(72.385)
Diferido	33.104	(157)
Alíquota efetiva	33,8%	30%

c. Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia obteve da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM uma redução 75% do imposto de renda para uma produção maior que 3.200 mil toneladas/ano limitada até 4.800 mil toneladas/ano para o período de 2007 a 2016.

d. Regime Tributário de Transição (RTT)

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Empresa optou pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2011 e 2010, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.